

Wirecard Desemaranhado

Sobre as questões não resolvidas no escândalo do master finance na Alemanha

#Wirecard #Munich

Onó de Ashley é considerado o nó mais complexo. Foi inventado no início do século XX por Clifford W. Ashley, um marinheiro americano. Ashley, um reputado perito em nós, concebeu o nó para ser extremamente seguro, tornando-o difícil de desfazer, mesmo sob cargas pesadas ou condições climatéricas adversas. O nó de Ashley é extremamente difícil de atar, mesmo para os atadores experientes, requer habilidade e paciência para o atar corretamente. É particularmente útil em situações em que um nó deve resistir a ventos fortes, ondas ou outras forças externas.

No entanto, o nó de Ashley provavelmente empalidece em comparação com os emaranhados do grande escândalo financeiro da Alemanha em torno do colapso do Wirecard em meados de 2020, tornando o nó Wirecard provavelmente o mais complexo que alguma vez atingiu a superfície deste planeta.

Em primeiro lugar, temos as autoridades estatais da Baviera. Têm estado a navegar nos oceanos do Wirecard desde o início do julgamento de uma forma frequentemente ignorante e, por vezes, até cognitivamente dissonante - como se estivesse numa câmara de eco. Mais ou menos todas as moções da defesa foram chocantemente afundadas nas profundezas do oceano, incluindo várias moções não inteiramente injustificadas para suspender o processo e para pelo menos reduzir, se não terminar, a pena de prisão do antigo diretor executivo Dr. Markus Braun.

Não ajuda muito o facto de o juiz que preside ao processo Wirecard ter sido, ele próprio, procurador da República, ainda há alguns anos, sob a alçada de Hildegard Bäumler-Hösl, a procuradora da República da Baviera responsável pelos assuntos da Wirecard durante muitos anos. O estado de evidente parcialidade judicial, que já dura há 16 meses, é regularmente limpo e enxaguado do convés por ordem dos distantes almirantes da Baviera. Mesmo as alegações de parcialidade contra juízes e juízes substitutos que actuam em segundo plano acabam regularmente no fundo do convés e são incendiadas alguns meses mais tarde, talvez.

O Ministério Público de Munique também está constantemente a ligar as ligações mais complicadas do baralho Wirecard. O alegre atar de nós complicados começou há mais de 10 anos, quando se chegou a um acordo não oficial, mas demasiado óbvio, de não acusação com a Wirecard. Não era de todo incompreensível, dadas as enormes ondas da revolução digital do passado e os muitos estratégias empresariais alemães, a maioria dos quais a ressonar profundamente num qualquer canto do navio. A partir de 2020, o Ministério Público de Munique viu-se ameaçado pela crescente qualidade e quantidade de informação do Financial Times, que relatava os problemas da frota Wirecard. Os navios distantes podiam ver claramente o pânico à distância com binóculos, especialmente entre os procuradores públicos.

Cerca de nove meses após o ainda inexplicável afundamento de toda a frota (!) da Wirecard no espaço de poucos dias, Andrea Görres, a principal funcionária da Wirecard, mandou elaborar um *TPA Reality Check* bastante unilateral, por impulso do Ministério Público de Munique. Com este documento, os espectadores que se encontravam na margem do rio podiam ficar muito toldados por um fata-morgana oceânico. Já muito antes do início do processo, a maioria dos envolvidos acreditava seriamente que a atividade de terceiros da Wirecard nunca tinha existido.

Na nossa avaliação, a Wirecard não tinha qualquer negócio real significativo com os três parceiros TPA e as contas fiduciárias criadas para o efeito nunca existiram....s parceiros TPA não tentaram manter o alegado negócio. Não tentaram obter qualquer informação ou documentação ou inquirir sobre as suas alegadas garantias (alegadamente superiores a 1,9 mil milhões de euros). Para além disso, os parceiros da TPA não tentaram fazer valer quaisquer reclamações contra a Wirecard à luz desta ligação.

Documento "TPA Reality Check" elaborado pelo "Group Compliance Office" da Wirecard AG, datado de 26 de março de 2021, [página 7](#)

Em 2020, o Ministério Público e o sistema judicial de Munique, sob a influência do zeitgeist do Wirecard, em grande parte auto-orquestrado, também apresentaram as suas acusações de tal forma que mesmo um ou outro profissional experiente em vela ou investigador de águas profundas que se aproxime do Ministério Público de Munique pode, de facto, ser imediatamente atirado ao mar. Isto com a explicação de que quaisquer outros factos escandalosos que se aproximem do núcleo, que exijam uma consideração urgente, não se enquadram nas acusações de **leito procrastinatório** apresentadas pelo Ministério Público de Munique e, por isso, infelizmente, não podem continuar a ser investigados.

O almirante de esquadra Dr. Markus Braun, que se ofereceu explicitamente para investigar o escândalo e se entregou, deve ter sido um homem muito corrupto, tal como o seu adjunto fugitivo Jan Marsalek. O pirata Oliver Bellenhaus, que estava de alguma forma ligado à frota Wirecard com muitos servidores apagados no estrangeiro, foi declarado "Pirata da Coroa" por ordem do sistema judicial de Munique e dos generais do Bilder-Berg da Baviera que nunca tinham estado no mar. Isto porque tinha fornecido aos procuradores "*informações totalmente fiáveis*". De tal forma que Bellenhaus **foi libertado no início de** fevereiro de 2024, exatamente a meio da pena de prisão prevista para o pirata do Dubai - que ainda nem sequer tinha sido pronunciada no tribunal de Stadelheim.



Para lançar as cordas até Karlsruhe, uma juíza de Munique foi amarrada firmemente à capital bávara e deixada a nadar até ao Tribunal Federal de Justiça da Alemanha. A partir de meados de 2024, a partir da ilha judiciária de Karlsruhe, poderá afundar os recursos judiciais com tiros de canhão. De facto, os que já desapareceram no ar, em muitos barcos de investidores maltratados, quando tentavam atracar em Munique.

De uma forma escrupulosa, os tenentes emaranhados do Ministério Público de Munique entregaram os muitos e picantes dados de transações financeiras digitais de toda a frota Wirecard, nada menos do que três semanas e meia antes do início do julgamento, em dezembro de 2023. Alguns meses mais tarde,

descobriu-se **que** cerca de 900 milhões de euros dos alegados 1,9 mil milhões estão, de facto, em alguns paraísos fiscais piratas. O que, evidentemente, nunca deve chegar aos olhos dos espectadores na costa ou aos ouvidos dos muitos investidores defraudados. Assim, a imprensa dos meios de comunicação social é instruída, com um nó de justiça bávara, a ignorar estes sacos de dinheiro distribuídos em vários esconderijos de piratas. Em vez disso, são ordenados ao mais alto nível a reforçar constantemente a narrativa, agora desmoronada, de um negócio de parceiros terceiros da Wirecard alegadamente totalmente desaparecido, bem como a narrativa contra o tão malvado almirante da frota Dr. Braun.

Algumas piratas feministas radicais do Ministério Público de Munique, bem como o almirante do dinheiro e o administrador de insolvências Jaffe, também têm de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ignorar os fundos misteriosos, como se nunca tivessem sido localizados. Caso contrário, um ou outro almirante da Baviera ou de Berlim, bem como certos tubarões dos meios de comunicação social, poderiam eventualmente ser considerados legalmente responsáveis.

Os cerca de 900 milhões de euros misteriosos que **entretanto foram atribuídos** também mancharam, naturalmente, a reputação de um ou outro responsável político marinado da Comissão Wirecard do Bundestag alemão de 2021. Tanto assim é que o autor deste artigo, que é um dos poucos jornalistas que continuam a ouvir regularmente o complicado teatro de piratas na sala de audiências da prisão de Munique-Stadelheim, foi e continua a ser pessoalmente caluniado maliciosamente também nas redes sociais por antigos investigadores federais do escândalo Wirecard como, cito, "*agindo em nome do Dr. Braun*" e "*pago por ele*".

De facto, as palavras não conseguem descrever adequadamente o que se passa na sala de audiências. Os advogados de defesa têm de gritar porque as moções são por vezes recusadas de forma altamente demagógica, os representantes do Ministério Público interrompem as declarações da defesa e gritam para o microfone do tribunal. O **juiz presidente grita com** chefes de bancos experientes. Os pormenores mais ínfimos e sem importância são aprofundados durante horas, enquanto as declarações bombásticas são habilmente suprimidas por uma mudança de rumo judicial, evitando assim elegantemente mais esclarecimentos. Um **pedido justificado para excluir** o público da apresentação de um perito em autismo foi recusado para que os representantes dos meios de comunicação social, subitamente nomeados pela justiça de Munique após meses de ausência, pudessem fazer comentários ao vivo sobre o antigo diretor financeiro von Erffa diretamente da sala de audiências. Os ministros da Justiça de Berlim e da Baviera dizem as frases habituais de que "*os tribunais alemães actuam de forma independente*", pelo que não querem nem podem intervir de forma alguma.

É assim que as muitas testemunhas ouvidas em tribunal contam repetidamente histórias muito diferentes do que aconteceu na Wirecard do que as que alegadamente forneceram aos procuradores e investigadores criminais há alguns anos. As declarações escritas e dactilografadas pelos procuradores há cerca de três anos, sob o bombardeamento, na maior parte das vezes confuso, dos meios de comunicação social da altura, estão muitas vezes em contradição flagrante com as declarações feitas perante os juízes alguns anos mais tarde.

A estrutura da Wirecard é mega-complexa, abrangendo toda a esfera empresarial e jurídica, desde simples contabilistas até ao presidente do conselho de supervisão, desde o contínuo até ao diretor do banco Wirecard, a vários níveis e em vários pontos críticos, emaranhada com várias antigas empresas parceiras e grandes investidores. De Munique a Singapura e ao Japão, da Índia e das Maurícias ao Brasil e vice-versa. Para além disso, existem envolvimento políticos e enormes nós com várias organizações de informação. Aqueles que não estão particularmente bem treinados no exercício e na avaliação da

realidade concreta afundam-se geralmente sem esperança ao fim de pouco tempo. Os jornalistas dos meios de comunicação social, sentados na primeira fila da secção de imprensa do tribunal, fecham frequentemente os seus computadores portáteis à hora do almoço. O artigo para o respetivo dia já está terminado para publicação, apesar de as testemunhas do tribunal só começarem a trabalhar depois do almoço. Por isso, não é invulgar que as notícias dos meios de comunicação social saiam rapidamente pela culatra nas redes sociais.

O cerne de tais revelações sobre o comportamento da maioria dos meios de comunicação social é óbvio. Não se trata das críticas mais do que justificadas à comunidade Wirecard na Internet, cuja existência ainda é completamente desconhecida para muitas pessoas na Alemanha, algumas das quais são caluniadas de forma paga, a propósito. As origens estão antes nas declarações das primeiras notícias dos meios de comunicação social sobre o Wirecard. Aí, ficou claro para as massas que a Wirecard era um fornecedor de pagamentos electrónicos que tinha processado cartões de crédito. Algumas imagens esclareciam superficialmente o papel dos parceiros terceiros, mas isso era tudo, o comportamento de Braun e Marsalek foi denunciado durante anos.

Em nenhum lugar foi explicado a um público bastante recetivo e bem instruído que os pagamentos com cartão de crédito há muito tempo são processados exclusivamente por meio de interfaces de software. Obter uma licença da Mastercard ou da Visa já não significa emoldurar um documento e exibi-lo orgulhosamente no escritório, mas sim receber um código de acesso digital para aceder a um ou mais servidores informáticos de cartões de crédito, isto sob determinadas condições. Essencialmente, o Wirecard tornou possível que um pagamento fosse efectuado para a conta bancária de um comerciante segundos depois de um cartão de crédito físico ter sido passado no balcão do comerciante ou de um número de cartão de crédito ter sido introduzido em linha. Há anos que os bancos normais não o podiam fazer e, inicialmente, resistiram a um processamento tão rápido das transacções. Compreender o núcleo do Wirecard significa, por conseguinte, esclarecer *as complicadas arquitecturas de software*. Até à data, este aspeto tem sido quase totalmente negligenciado. É aqui que se pode encontrar o cerne das suspeitas de branqueamento de capitais, possivelmente até mesmo a geração maciça de dinheiro a partir do nada. E é provavelmente também uma das razões pelas quais os observadores dos tribunais dos meios de comunicação social explicam aos seus leitores, de uma forma bastante estranha, que estão *"a fazer uma pausa porque Oliver Bellenhaus está neste momento a discutir pormenores técnicos no tribunal"*.

Entretanto, foram *conhecidos alguns factos escandalosos sobre* o denunciante da Wirecard, Pav Gill, e também sobre o jornalista do FT, Dan McCrum. Estes factos são também ridicularizados ou completamente ignorados, pois não se permite que a realidade se aproxime sequer do real. Em vez de se concentrarem num *procedimento escandaloso e há muito conhecido* em Londres, relativo ao EMIF, os factos duvidosos que envolvem Jan Marsalek e agentes dos serviços secretos búlgaros, provavelmente atados num nó ocidental, estão a ser divulgados através de um saco de discursos. Tudo isto enquanto as relações passadas com a Rússia, que outrora foram alegremente promovidas antes da guerra da Ucrânia, especialmente na Áustria e através dela, estão agora a ser condenadas eternamente e, de um modo geral, empurradas para o canto do crime. O escândalo Wirecard nunca foi resolvido, e muito está a ser feito deliberadamente para garantir que também nunca será resolvido no futuro. Os funcionários judiciais e os escritórios de advogados estão presos às suas percepções demasiado frequentes e à visão ainda generalizada e bastante ingénua de que a *"verdadeira justiça"* será o resultado do julgamento de Stadelheim.

É de esperar o contrário. Os actores ligados ao sistema judiciário e aos meios de comunicação social já estão a preparar tudo para que os veredictos finais do processo Wirecard sejam engolidos por uma vasta

opinião pública sem qualquer problema. A única forma de o evitar é a criação imediata de um conselho civil de peritos e investigadores razoavelmente competentes para contrariar as maquinações da magistratura bávara do Wirecard. Munique fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que isso aconteça. Também censurará este artigo, continuará a retratá-lo e ao autor como loucos, de uma forma completamente delirante, e negará a realidade. Com uma arrogância decorada, ainda 100 anos após a rendição e a fuga precipitada do Kaiser alemão, continuarão a agarrar-se a uma ordem piramidal já há muito implodida e cada vez mais delirante, que continua a exercer o seu direito auto-declarado de proclamar injustiças grosseiras que milhões de pessoas não têm outra opção senão engolir.

Foram os marinheiros do Norte da Alemanha que, há uns bons 100 anos, quebraram os nós piramidais de Ashley do Império Wilhelmine e os ataram de uma forma limpa e nova. O escândalo Wirecard tem todos os ingredientes para uma revolução. Se ao menos os alemães o quiserem ouvir - e se lhes for permitido.

<https://www.sun24.news/pt/wirecard-desemaranhado-sobre-as-questoes-nao-resolvidas-no-escandalo-do-master-finance-na-alemanha.html>